

Maciel insiste em seis anos

Rio — O mandato de seis anos para o presidente José Sarney vai garantir a maior visibilidade na negociação da dívida externa e oferecerá segurança aos credores estrangeiros. A afirmação é do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ao acrescentar que a redução do mandato poderá incorrer num prejuízo para o trabalho de transição democrática do País.

Embora tenha afirmado que ainda não conversou com o presidente José Sarney sobre o assunto, Marco Maciel disse que Sarney tem direitos garantidos para o cumprimento de todo o seu mandato. Os seis anos, segundo ele, estão coerentes com o julgamento do Presidente de compromisso constitucional, baseado na Carta Magna vigente, que estabelecia um prazo de seis anos para o mandato presidencial. Foi convocada uma constituinte e só ela tem poderes para redefinir o mandato, disse Marco Maciel.

Para o texto constitucional, o Ministro defendeu o mandato de cinco anos, sem reeleição, semelhante às normas da Constituição de 1946. Quanto aos trabalhos da Constituinte, Marco Maciel mostrou-se a favor do funcionamento paralelo da Câmara e do Senado para tratar das leis ordinárias, sendo que sempre estabelecendo prioridade para a elaboração da Carta Magna.

Ao dar ontem a aula inaugural do curso para oficiais da Escola Superior de Guerra, o Ministro do Gabinete Civil fez uma análise do problema institucional brasileiro, enfocando, particularmente, o período de transição do regime político do País. Ele apontou alguns itens por ele considerados fundamentais para serem definidos pela Assembléia Nacional Constituinte.

De acordo com Marco Maciel, a Constituição deve delimitar as funções do Estado nas questões de saúde, educação, justiça e segurança, e defendeu a uniformização da Previdência Social. Ele acredita que deva haver uma equipotência entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo aliado ao fortalecimento das instituições intermediárias da sociedade, tais como os partidos políticos. Segundo Marco Maciel, a Constituição deve representar a estabilidade do sistema tributário, a fim de torná-lo resistente às mudanças constantes. A limitação do poder de endividamento do Estado também foi considerada fundamental por Marco Maciel, que defende ainda uma transparência do sistema de concessão e benefício econômico, dando como exemplo os subsídios.

Durante sua aula inaugural na ESG, o Ministro explanou um ideário do que deveria ser seguido, a seu ver, para uma boa constituinte duradoura e não apenas de "ajustamentos", como nos últimos 50 anos, quando tivemos praticamente uma constituição a cada 10 anos.